



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007643-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **NATHALIA FERNANDA FREITAS BORO**
 Requerido: **BEATRIZ RODRIGUES FLORENTINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que se extrai dos autos é incontroversa a responsabilidade da ré pelo evento em apreço.

Ele decorreu de colisão na traseira do automóvel conduzido pela autora provocada pelo dirigido pela ré, o que por si só implica a presunção de sua culpa.

A ré, outrossim, em momento algum invocou argumento que afastasse tal presunção e que pudesse militar em seu favor.

Na verdade, a contestação atina basicamente à impugnação do valor pleiteado pela autora e à impossibilidade da ré em adimplir a dívida diante da falta de condições financeiras para tanto, dado que não a beneficia à evidência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

Quanto ao primeiro aspecto, a ré não impugnou detidamente os orçamentos amealhados pela autora e tampouco destacou em que aspectos precisos eles encerrariam valor excessivo.

As fotografias de fls. 17/20 denotam que os amassamentos no automóvel da autora foram de vulto, não sendo desarrazoados os reparos constantes dos orçamentos trazidos à colação.

Já os apresentados pela ré não vingam porque não se sabe com exatidão em que condições foram firmados e especialmente se decorreram de prévio contato com o veículo da autora.

Não há esclarecimento a propósito, valendo assinalar que a ré não demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 139, item 4, e 144).

Por fim, a circunstância do montante corresponder a mais da metade do valor do veículo não assume maior relevância porque não se apurou concretamente, como assinalado, que a cobrança fosse exorbitante.

A autora não contribuiu em nada para o resultado que se verificou e faz jus a ter seu automóvel nas mesmas condições que possuía antes do episódio.

Num único ponto, porém, não prospera a pretensão deduzida, ou seja, a condenação da ré corresponderá ao valor do **menor** orçamento apresentado pela autora, inexistindo motivo para que a média entre todos servisse de parâmetro para tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 10.241,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 14), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de abril de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**